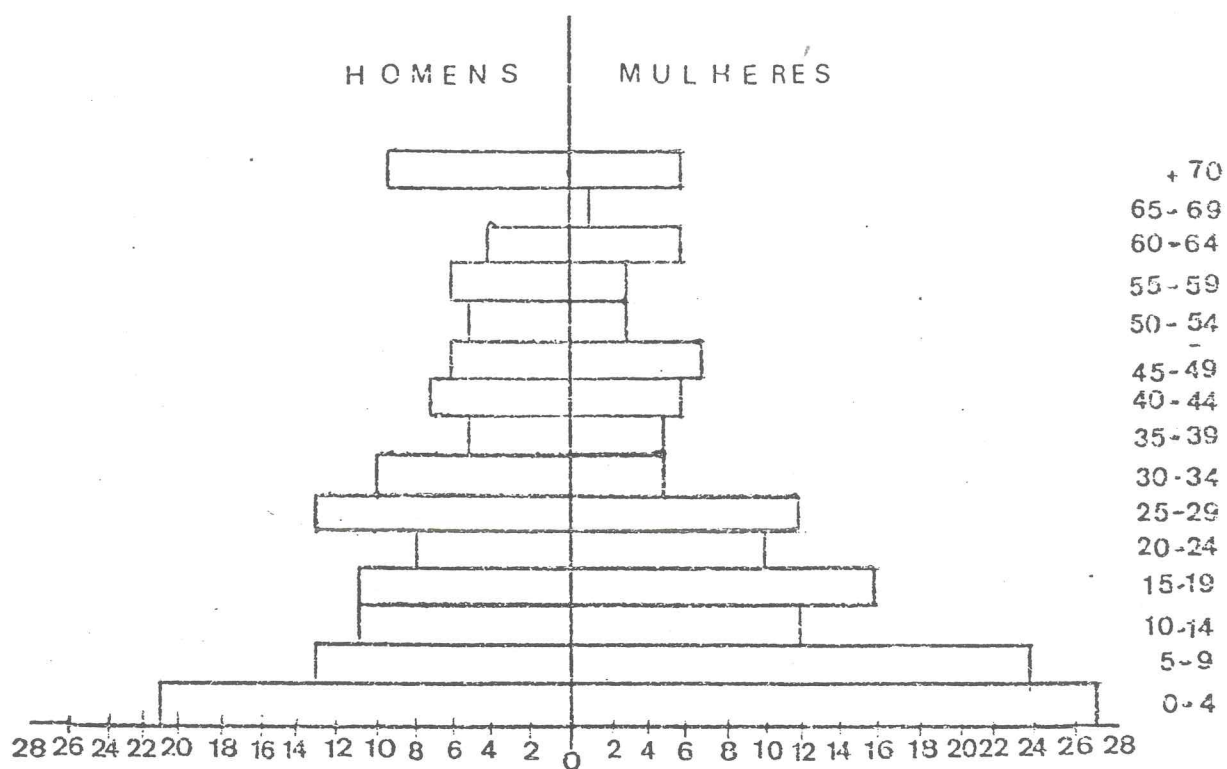


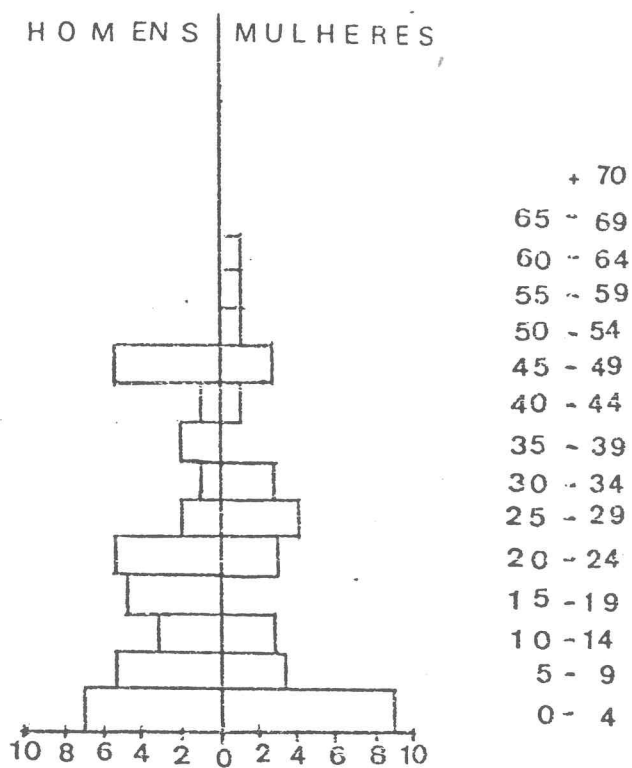
Pirâmide de distribuição de sexo e idade da População Kaingáng

P. I. DE GUARAPUAVA



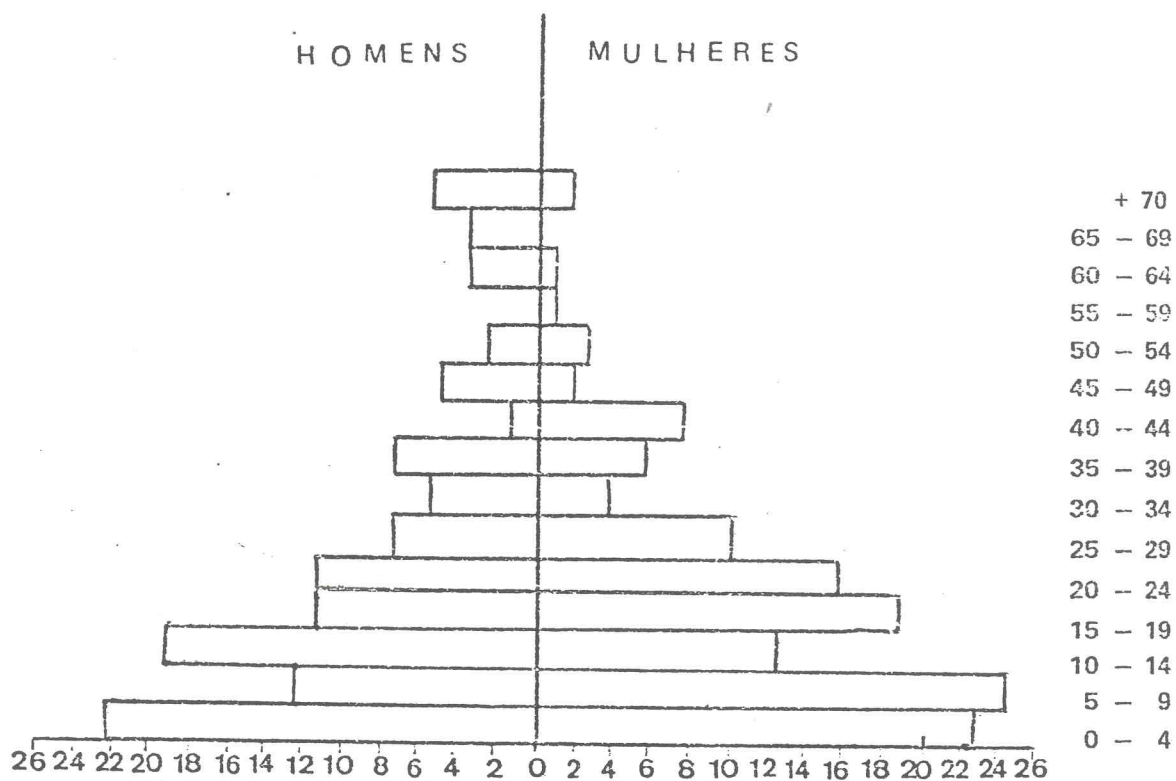
Pirâmide de distribuição de sexo e idade da População Kaingáng

P. I. DE PALMAS



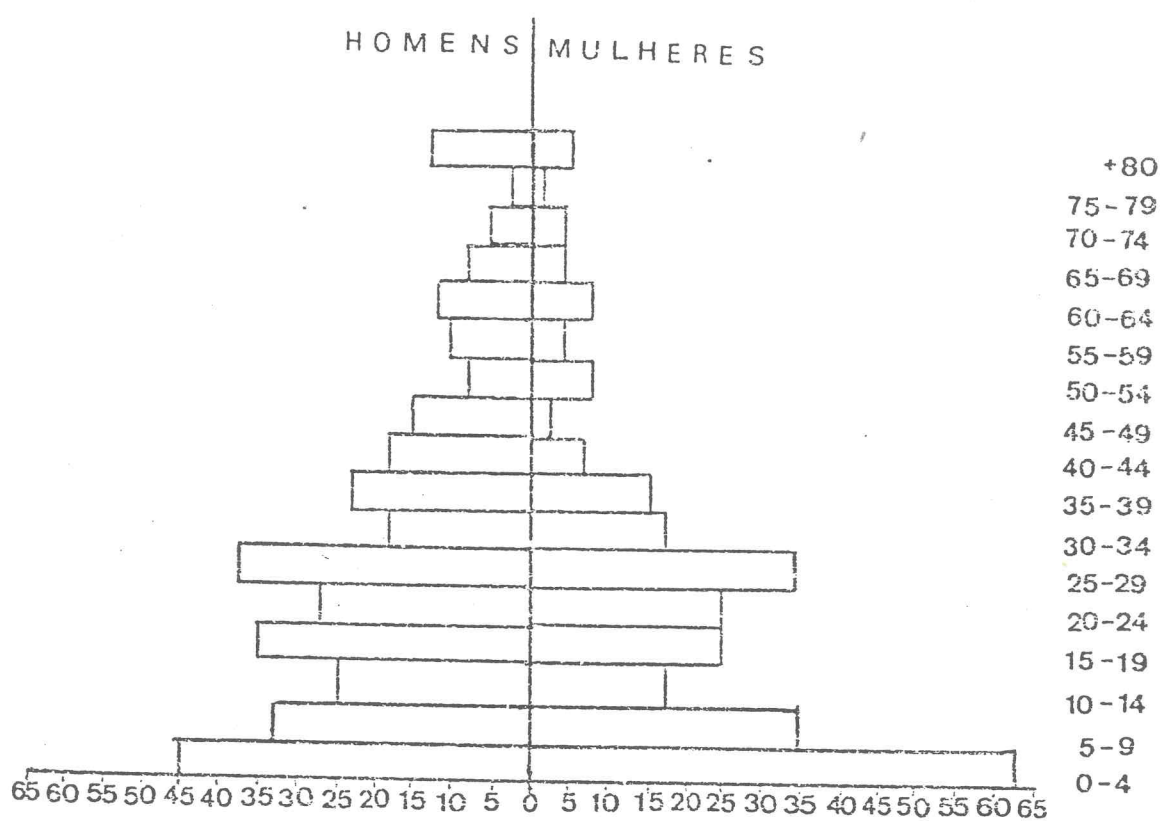
Pirâmide de distribuição de sexo e idade da População Kaingáng

P. I. DE MANGUEIRINHA



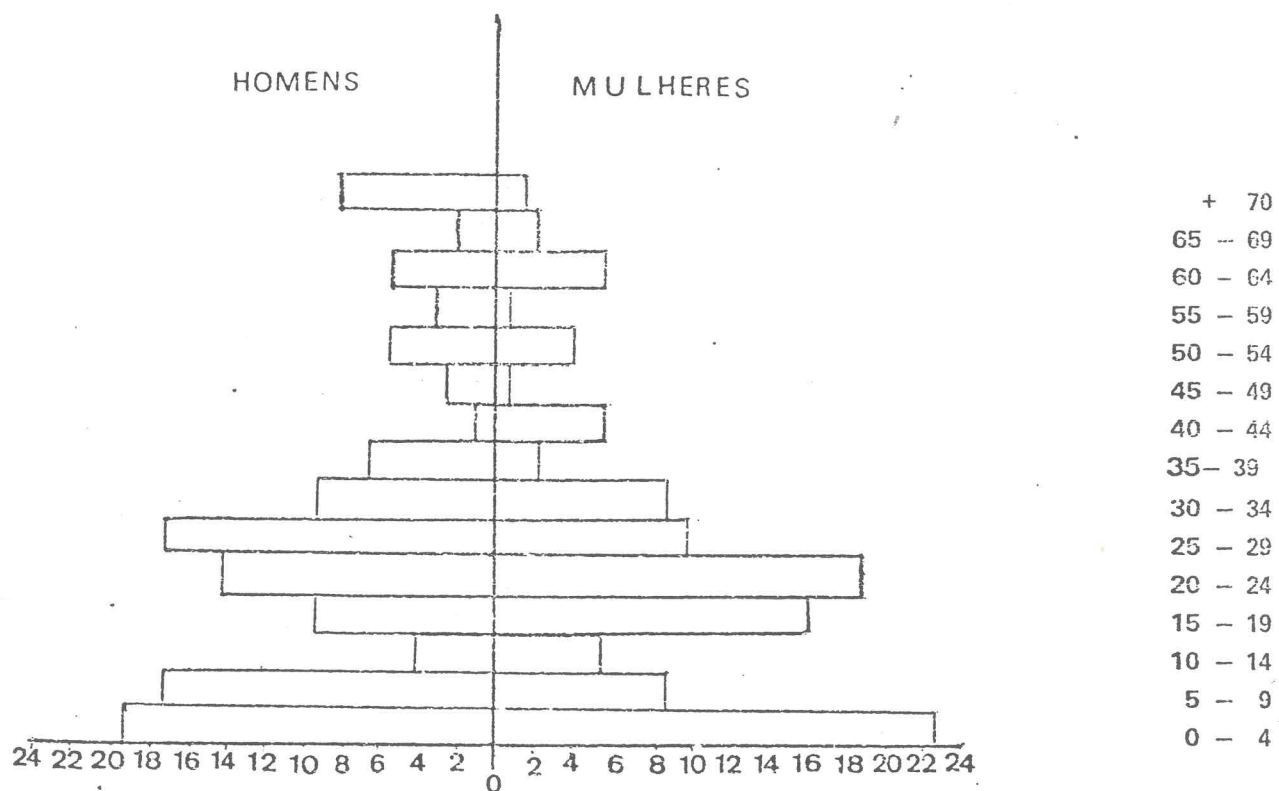
Pirâmide de distribuição de sexo e idade da População Kaingáng

P. I. RIO DAS COBRAS



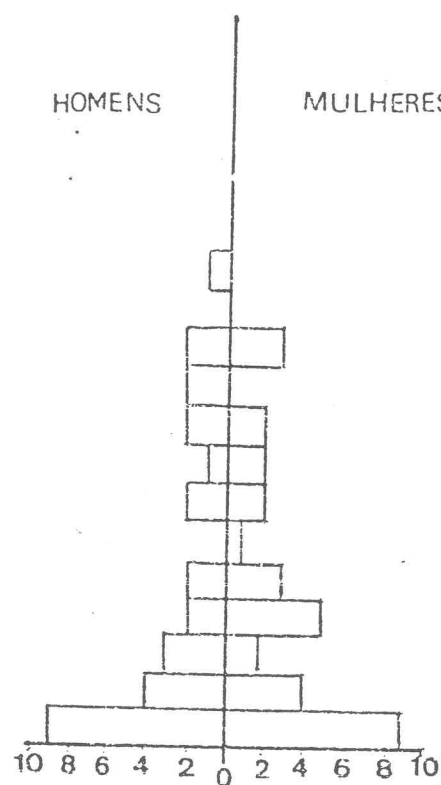
Pirâmide de distribuição de sexo e idade da População Kaingáng

P. I. DE IVAÍ



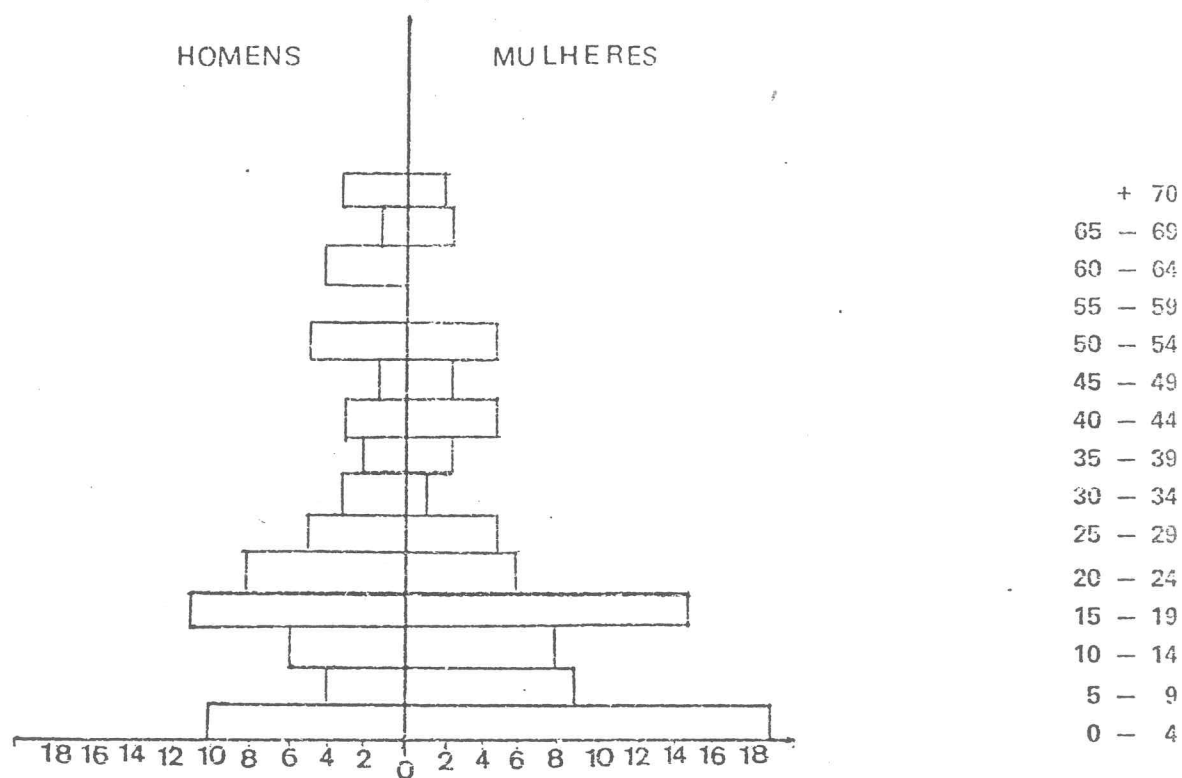
Pirâmide de distribuição de sexo e idade da População Kaingáng

P. I. FAXINAL



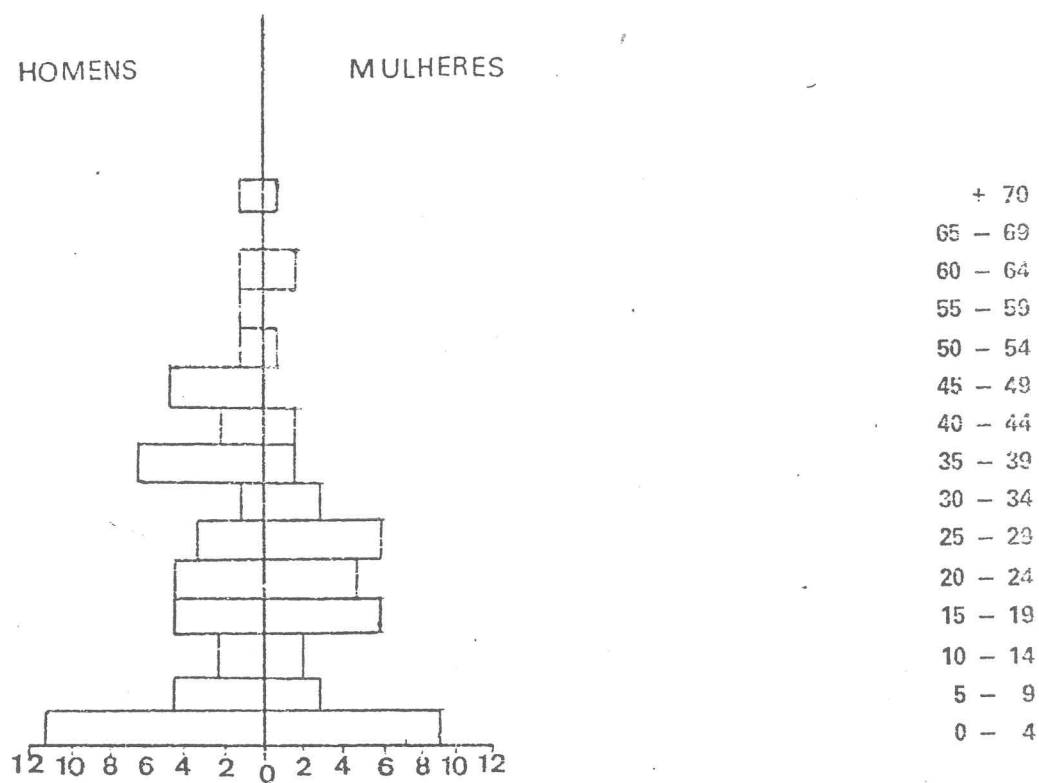
Pirâmide de distribuição de sexo e idade da População Kaingáng

P. I. QUEIMADAS



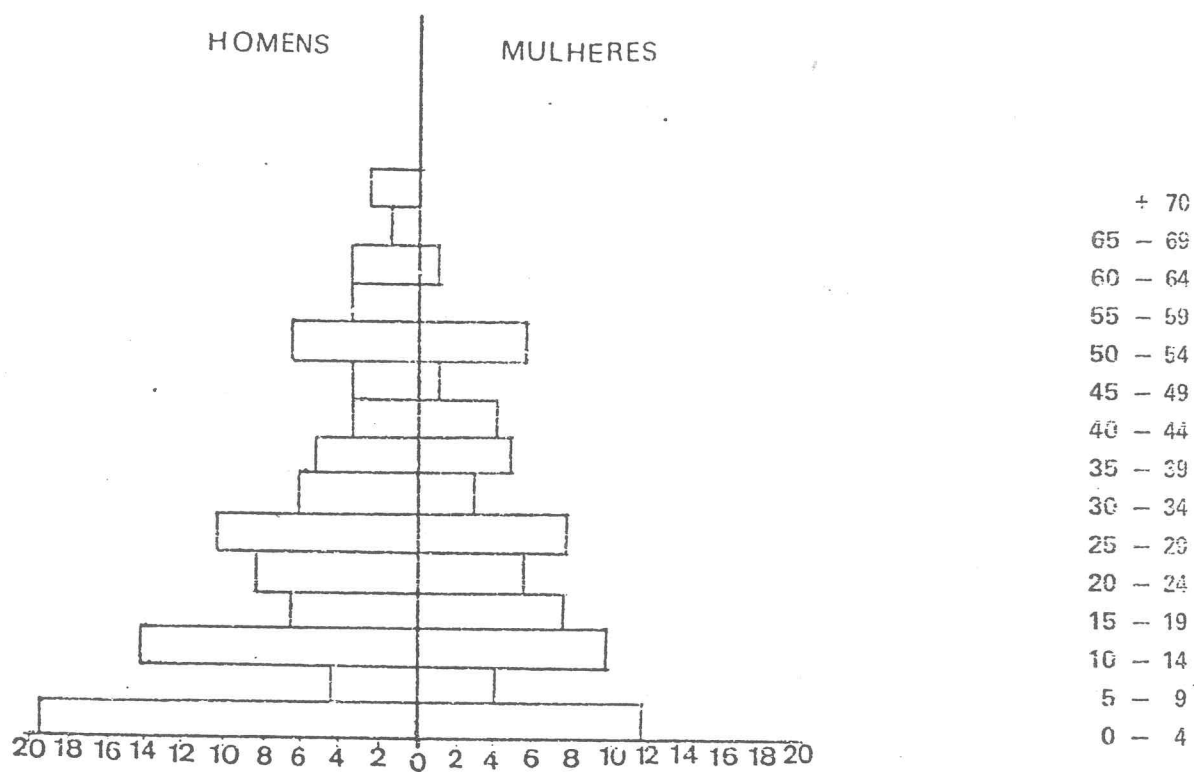
Pirâmide de distribuição de sexo e idade da População Kaingáng

P. I. SUB-POSTO SALTO MAUÁ



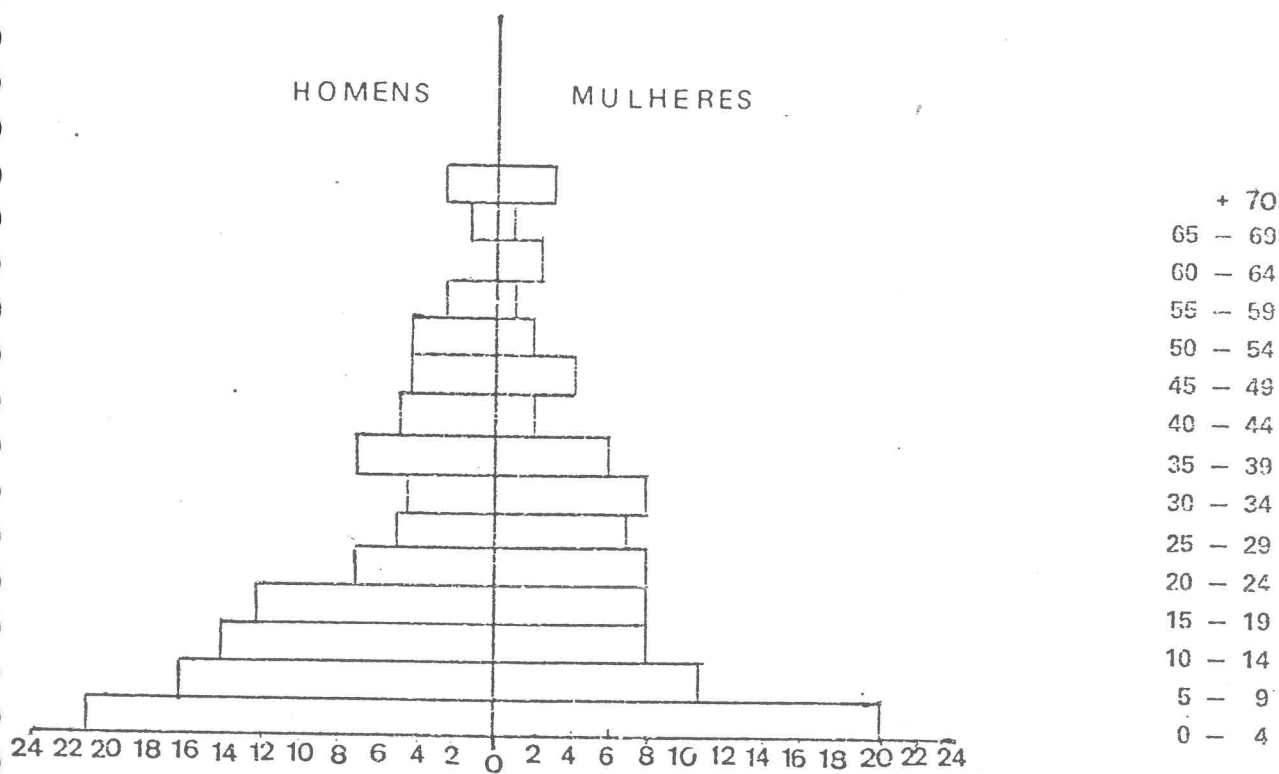
Pirâmide da distribuição de sexo e idade da População Kaingáng

P. I. BARÃO DE ANTONINA



Pirâmide de distribuição de sexo e idade da População Kaingáng

P. I. APUCARANA.



empresários, enquanto os índios desempenhavam o trabalho braçal gratuito, ou a troco de uma percentagem pequena na produção do Posto.

Sob o pretexto de que o Serviço de Proteção só poderia dar assistência aos índios se eles produzissem para angariar fundos, para serem aplicados em beneficiamentos nos Postos e manutenção de escolas, enfermarias e funcionários, os Capitães dos índios eram incumbidos pelos Encarregados de Postos a requisitarem os índios, homens e mulheres ativos, para participarem da Roça Coletiva que sempre se realiza na estação certa e antes que os indígenas tivessem tempo e condições de preparar suas próprias lavouras de subsistência, onde toda a família elementar participa e é auxiliada pelos parentes, durante a "reunida".

Em alguns Postos que percorremos, os índios eram também aliciados a realizar a roça para a família do funcionário que chefiava o P.I.

Assim, ocupavam-se em tarefas que lhes tomavam grande parte do tempo e eram desempenhadas gratuitamente ou a troco de sementes, que o próprio Governo enviava aos Postos e que os Encarregados usavam para "gratificar" os ín-

dios pelos serviços prestados.

Num dos primeiros levantamentos que empreendemos na área Sudoeste do Paraná, em 1965, tivemos ocasião de anotar em diário as queixas dos indígenas sobre a exploração que ocorria e da qual os indígenas tinham consciência. "Estavam proibidos de iniciar suas roças enquanto não realizassem a do Posto e a dos funcionários do P.I." (o Encarregado, sua mulher — a professora dos índios, seu irmão — o enfermeiro).

À Polícia Indígena cabia a tarefa de controlar as atividades dos índios, sendo o Capitão manipulado pelos funcionários federais, que lhe davam prestígio e uma situação favorável, pois para o Capitão os Kaingáng também prestavam serviços durante um dia na semana, em sua roça.

Os Kaingáng que contrariavam as ordens da Chefia eram punidos severamente e, dependendo de como se conduziam, recebiam castigos que variavam desde a prestação de tarefas agrícolas além das que deviam realizar, até o uso do "tronco", castigo corporal que o Capitão e a Polícia Indígena impunham aos índios. Todas as penalidades eram aplicadas com a aquiescên-

cia e a cumplicidade do Encarregado do Posto (ver a foto que ilustra este trabalho, em que um Kaingáng está demonstrando à autora como era montado o tronco).

Aos missionários que realizavam estudos nesse P.I. perguntamos sua opinião a respeito do uso desse castigo corporal, aplicado aos Kaingáng e que estava sendo reavivado nessa reserva, muitos anos depois de abolida a escravidão na América. A resposta foi lacônica: "Se o Encarregado não consegue levar os índios por bem, então está sabendo o que faz. Depois que instituiu o uso do tronco, uma parte dos índios deixou de beber e produz mais para o Posto e não anda de vadiagem por aí..." 29/

O Juiz de Paz, o Prefeito do Município, bem como o Padre da Paróquia, provocados por nós a fim de nos inteirarmos até que ponto tinham conhecimento da condição de "servos da gleba", desses índios aldeados, todos foram unânimes ao se expressar: "O Encarregado colocou ordem em tudo aqui na reserva. Está há vários anos nesse P.I. e os índios não incomodam mais os fazendeiros com seus roubos e também a nós (regionais) com suas bebedeiras só trabalham agora e alguns até possuem porta-

ria para deixar a área e realizar empreitadas e jornadas em nossas roças..."

Ao participarmos de uma quermesse realizada num domingo na sede da igreja local, à qual compareceram várias pessoas importantes do município, permanecemos junto à família do Encarregado e pudemos observar o prestígio de que gozava entre os políticos e o clero.

Provocado por nós, informou também o Encarregado que presenteava constantemente as autoridades do Município e oferecia fartos churrascos (às custas da criação do P.I.) na sede do P.I., em épocas de eleições, quando funcionava como cabo eleitoral de eventuais candidatos a deputado estadual e vereador.

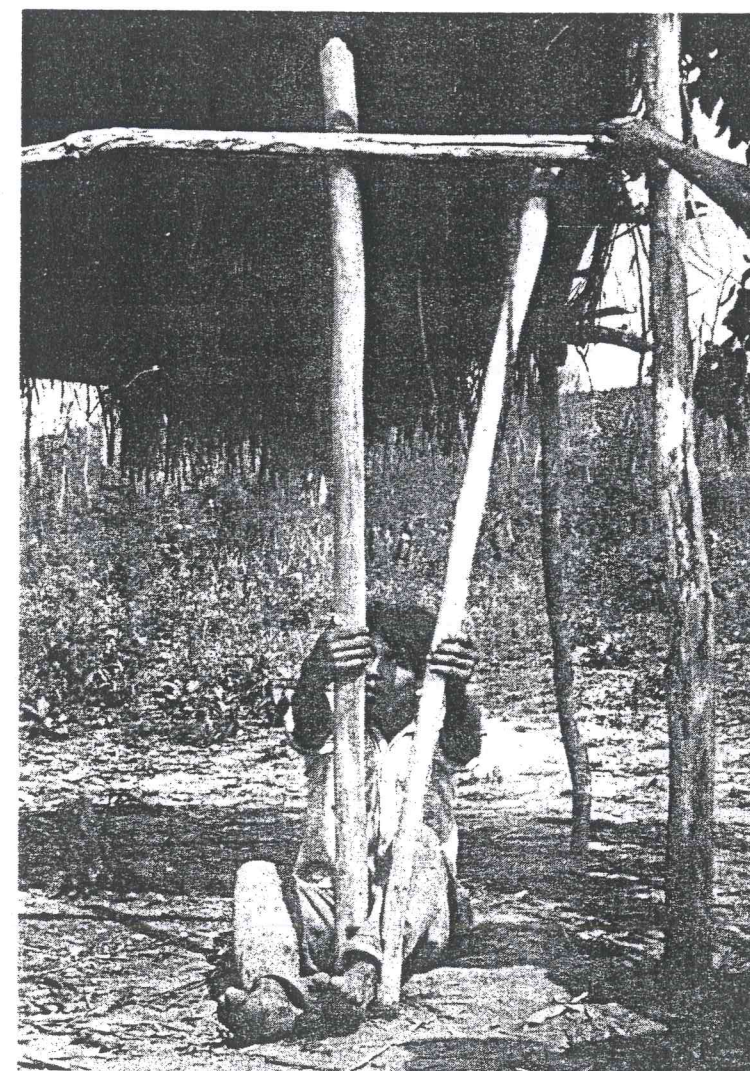
Para o filho mais velho, o Encarregado abriu uma bodega na cidade mais próxima, onde os índios se forneciam. Estavam sempre "devendo" para o negociante que recebia em troca, muitas vezes, uma parte da reduzida produção de milho e feijão da roça dos índios, em pagamento do que consumiam em períodos de entressafra e também dos objetos que aprenderam a usar com os brancos, como sapatos, lenços coloridos, carteiras de notas, etc.

Os índios diziam que na referida bodega

"era tudo mais caro", mas como o filho do "patrão" vendia a crédito e "eles tinham precisão, não havia outro jeito..."

Assim, nessa reserva, como em todas as outras que funcionavam como empresas em moldes coloniais, os índios eram controlados e manipulados pelos Chefes do P.I. que ainda tinham o apoio das autoridades locais que viam o índio como um instrumento de trabalho, que deve servir ao seu "patrão civilizado" e a ele prestar obediência, como nos regimes patriarcais do Brasil tradicional, onde os escravos, depois os mestiços, e hoje os lavradores pobres, prestam serviços a baixo custo aos fazendeiros, que controlam a produção e manipulam as autoridades, uma vez que colaboram com elas na política regional e estadual.

Participam da estrutura de poder e fazem uso da força, se necessário, dentro das reservas, onde através do trabalho não remunerado dos índios conseguem juntar capital, que aplicam na exploração agrícola, cujo lucro parcialmente investem em campanhas políticas que dão prestígio e crédito junto às autoridades, que passam a acobertar as irregularidades cometidas pelos Encarregados, comprometendo-se ambos



Índio Kaingáng mostrando à autora como é usado o Tronco.
(Foto de Edison Helm.)

com o regime de espoliação que ocorre nessas colônias internas criadas e mantidas para "dar proteção e assistência aos índios".

A estrutura de classes se configura, nessas regiões, no antagonismo índio/branco; trabalhador braçal/explorador agrícola; os sem autoridade/as autoridades, sendo que podemos incluir os índios Kaingáng nas categorias não favorecidas pela estrutura agrária à qual estão integrados, como mão-de-obra a ser manipulada pelos opositores.

Por outro lado, nessa reserva como em todas as outras onde estão aldeados índios classificados como "integrados", os Kaingáng saem para trabalhar fora da área seja 1) para conseguirem dinheiro para sementes, ferramentas e os objetos que passaram a consumir depois do contato; 2) para obterem dinheiro para comprar mantimentos que oferecerão aos colaboradores durante a ajuda mútua; 3) para obterem dinheiro nos meses em que a produção doméstica já foi consumida e a família está em situação de penúria; ou ainda 4) para atenderem a população regional que vê os índios como uma reserva natural de mão-de-obra em condições de realizar todos os trabalhos rudimentares.

Portanto, os índios Kaingáng não permanecem na reserva em situação de estufa, mas interagem com os regionais, na satisfação dos interesses dos sub-sistemas, principalmente da sociedade mais impositiva.

Como a organização do trabalho está baseada na agricultura de subsistência, esses índios vêm produzindo para a satisfação das necessidades urgentes do grupo doméstico. Por outro lado, dada a especificidade da situação de contato já descrita, são levados muitas vezes a vender uma parte da produção para os negociantes de cada área. Poucas famílias indígenas chegam a atingir altos índices de produção de bens agrícolas, passíveis de comercialização.^{30/} Assim, rotular os Kaingáng de "camponeses",^{31/} quando sua produção está parcialmente voltada para o mercado e portanto para o comércio, parece-nos um pouco apressado, embora uma porcentagem de índios Kaingáng aldeados no interior do Paraná coloque no mercado um pequeno excedente de produção, que vêm conseguindo porque pagam "camaradas" para trabalhar de diaristas em suas roças. Não restringem a produção ao consumo do grupo doméstico, e sim extravasam os limites do parentesco con

tratando os "peões índios" para prestarem serviços em suas lavouras.

Porém a maioria (aproximadamente 65%) está em situação de dependência e não chega a ter recursos para investir na produção para o mercado.

Cultivam roças que variam de tamanho, entre 1 a 5 alqueires, e plantam cereais, principalmente milho e feijão e também abóbora, amendoim, melancia, laranjas e algumas raízes.

Por outro lado, constituem-se, como já se colocou diversas vezes neste trabalho, em reserva de mão-de-obra que é aproveitada circunstancialmente pelos exploradores agrícolas.

Assim, se de um lado o ex-S.P.I. e a FUNAI utilizam os serviços dos índios em roças coletivas dentro das reservas, é no contexto regional para sitiantes e arrendatários (em cada região habitada por Kaingáng) que esses índios obtêm os recursos necessários para continuar a sobreviver e a participar da trama de relações interétnicas que envolve essas duas populações "dialeticamente unificadas, através de interesses diametralmente opostos, ainda que intermitentes por paradoxal que pareça".

3. Índios e brancos fora das áreas indígenas

Para a consolidação de uma estrutura agrária no Paraná, integrada no sistema nacional, concorreram diversos fatores 32/, como já tivemos oportunidade de mostrar.

Grupos sociais e étnicos 33/ impulsionados por interesses específicos e por contingências histórico-estruturais estabeleceram-se no interior do Paraná, concorrendo para a colonização do Estado. 34/

Analisados em conjunto levam a apreender a constituição do sistema interétnico, em que a sociedade tribal e a nacional (através do segmento regional em contato com os índios Kaingáng) são as variáveis deste estudo. O foco da análise são as contradições do sistema, tomado como totalidade sincrética, em que se objetiva captar o sistema mais inclusivo, através do estudo das relações interétnicas focalizadas enquanto relações de fricção. 35/

Por outro lado, é importante não perder de vista que a sociedade nacional, mais impositiva, está estruturada em classes sociais que surgiram de determinadas condições estruturais dessa sociedade e se constituem em elementos

estruturais também dessa sociedade.

As classes sociais não são imutáveis, pois elas se formam, se desenvolvem, se modificam à medida em que a sociedade vai se transformando. Elas representam as contradições principais da sociedade. 36/

É o modo de produção de cada sociedade que configura sua estrutura socio-econômica, que a distingue de outra e impõe aos grupos humanos relações específicas e que são, ao mesmo tempo, complementares e antagônicas. A base do antagonismo está na posição diferencial das classes com relação aos meios de produção. Há os que controlam os meios de produção e os que servem para realizar as atividades em que se apóia a produção.

À medida em que os índios Kaingáng foram se integrando à sociedade regional, como mão-de-obra em roças de subsistência nos aldeamentos, e a seguir nos Postos Indígenas, através das relações de contato, inicialmente intermitentes, e depois permanentes, foram assumindo um comportamento voltado para as expectativas do branco e da sociedade de classes envolvente.

As modificações que o grupo introduziu na organização do trabalho tradicional são conse-

quência desse contato e do modo de produção que fundamenta a economia regional, da qual o índio passou a depender pelo menos parcialmente até a incorporação gradativa e a acomodação nesse sistema.

Se os Kaingáng sobreviviam da coleta, caça, pesca e do cultivo de milho, depois, compelidos a viver dentro de Postos Indígenas tiveram de reorganizar as atividades econômicas e passaram a depender das roças de subsistência, para garantirem o sustento do grupo doméstico. Quando as relações de contato se intensificaram, passaram a fazer uso de objetos produzidos pelos brancos. A partir desse momento histórico, cada família Kaingáng procurou aumentar o cultivo do solo, que se restringia às necessidades do grupo de parentesco e começou a produzir um excedente para o mercado.

A confecção de artesanatos passou a ter um valor de troca e uma parcela da produção permutada por objetos que o grupo consome.

Por outro lado, como se descreveu anteriormente, devido à situação de empresa, que passou a caracterizar a organização dos Postos Indígenas do Sul do país, os Kaingáng não encontraram, em termos de grupo, condições de de

envolver a agricultura comercial, voltada para fora, e onde pudessem fazer as transações diretamente. O trabalho coletivo que realizam nas reservas é em detrimento da produção individual (da unidade familiar) e esse trabalho serve para manter a instituição que lhes garante o uso da terra e a moradia.

Uma vez que se constituem em reserva de mão-de-obra a baixo custo, 37/ são requisitados a trabalhar para os regionais em atividades rudimentares, que absorvem o restante do tempo que poderiam aplicar nas lavouras, as quais garantiriam a sobrevivência do grupo e a obtenção de um excedente comercializável que lhes daria em troca o dinheiro para adquirirem os objetos que consomem e os instrumentos agrícolas que incrementariam suas roças e assegurariam uma produção maior.

A exemplo dos Terena e de outros grupos indígenas integrados, os Kaingáng encontram no trabalho fora da reserva a tarefa gratificada, que lhes permite complementar a balança doméstica e atenua as necessidades que o grupo enfrenta em longos meses de penúria, quando já consumiram a pequena produção doméstica. 38/

Uma percentagem pouco expressiva de in-

consegue produzir roças maiores e são geralmente os situados na faixa etária dos 45 a 60 anos. Não saem para trabalhar fora. Criticam o comportamento dos mais moços, visto que os jovens todos praticam o "Labour Migration".

Por outro lado, como vimos, os índios que saem para as jornadas de trabalho, contratadas pelos exploradores agrícolas (os donos da produção), concorrem com os agricultores "pobres", que tentam afastá-los das atividades desempenhadas junto aos "civilizados". Através de uma série de preconceitos, procuram criar uma imagem deformada do índio, que se constitui no maior concorrente dessa categoria de desempregados, ou sub-empregados, que ocupam uma posição instável na estrutura agrária regional, a qual não absorve toda a população rural e que gerou um tipo de agricultor rotulado de "migrante rural", sempre na dependência de ser incorporado ao sistema econômico nacional.

A competição entre índios e migrantes rurais, em termos de conseguirem jornadas de trabalho em sítios do interior do Paraná, aumentou consideravelmente nos últimos anos, após ter sido colocada em prática a Legislação Agrária, depois de 1963. 39/

Uma massa considerável de agricultores sem terra que estava vinculada às fazendas e sítios como agregados, peões, parceiros, foi despedida nos últimos anos em consequência do Estatuto do Trabalhador Rural que, "no dizer dos empregadores agrícolas", protege e favorece os empregados e obriga o patrão a assumir uma série de compromissos com referência ao assalariado e a sua família. Assim, devido ao apego aos modos tradicionais de trabalho no campo, os exploradores agrícolas não passaram a adotar a nova política agrária e preferem contratar os "diaristas", os "disponíveis" com os quais só assumem o compromisso de gratificar a jornada de trabalho ou a empreitada contratada a curto prazo.

Portanto, no meio rural paranaense, as disputas pelo trabalho pago assumem características peculiares, nas relações interétnicas, onde se trava a competição horizontal, gerada pela situação histórica e estrutural.

Para serem incorporados nessa estrutura agrária, da qual participam esporadicamente e da qual são excluídos circunstancialmente, os índios Kaingáng, fora dos Postos Indígenas, procuram escamotear sua identidade étnica, a pon-



Família Kaingáng fixada num sítio , (fora da reserva) próximo à Faxinal — Pr. (foto de C. Helm.)

to de se dizerem "civilizados", pois ao se assumirem como "civilizados" estão tentando adquirir o comportamento padronizado do branco, para com mais facilidade serem utilizados em tarefas agrícolas rudimentares.

Outrotanto, para se empregarem em cidades e em fazendas, também se fazem passar por "caboclos", uma vez que a imagem do índio, no interior, está sempre impregnada de estereótipos, que dificultam a inserção no mundo dos brancos.

Tivemos a oportunidade de fazer um levantamento em várias localidades onde haviam nos informado residirem índios Kaingáng prestando serviços a safristas e em outros estabelecimentos agrícolas congêneres.

Um dos recenseamentos revelou uma quantidade de vinte índios trabalhando como agregados em um sítio próximo a Faxinal. A produção era essencialmente de cereais e o agricultor dava ao índio uma participação nas colheitas.

Em outros sítios em que encontramos índios Kaingáng radicados como agregados, também fomos informados de que tinham uma participação na produção, "o que não ocorria dentro dos Postos Indígenas", segundo disseram os índios,

onde produziam para o Posto e não recebiam percentagem na produção.

Junto ao rio do Peixe estavam acampadas várias famílias indígenas que haviam se desentendido com Encarregados de Postos e que trabalhavam junto a safristas e se diziam "civilizados" e não pretendiam voltar a trabalhar nos Postos, "onde os índios não têm liberdade de trabalhá, aqui o patrão dá a parte do índio... nós não volta mais prá lá enriquecê Encarregado de Posto. Tamo cansado de sê explorado..."

Observamos que esses índios se comunicavam entre si em Kaingáng e aproveitamos para anotar os nomes dos grupos clânicos de cada metade Kaingáng e também os nomes que cada um recebé durante o cerimonial de nomeação; e, com muita relutância, nos deram as informações solicitadas. Provocamos esses índios perguntando: "Como eram 'civilizados' se tinham nome de índio e falavam a língua do índio?" E responderam: "Somo índio puro mesmo, mas índio só serve pra sê explorado, então nós agora tamo sendo 'civilizado', pra vivê melho..."

40/

Contaram que fugiram para aquela área onde encontraram "patrão bom e onde são tratados

como gente..."

Assim, deu para perceber a ambigüidade do discurso do índio que se encontrava fora da aldeia, ora dizendo-se "civilizado", ora identificando-se como "índio puro", contrariando a atitude que havia assumido no início da entrevista.

Em se comparando a situação dos índios nos Postos com a dos fixados em sítios, podemos dizer que ambos estão na dependência do empregador agrícola, sem condições de saírem do círculo vicioso que os aliena e reduz "à condição de menos favorecidos pela estrutura agrária.

O índio na aldeia não chega a produzir o necessário para a sobrevivência. Através do P.I. que serve de mediador entre o índio e a população regional, obtém permissão para trabalhar fora da reserva. Os Postos Indígenas "não dispõem de meios" para financiar uma produção significativa para o índio, que se vê na contingência da oferta do explorador agrícola.

Ao deixar o P.I. para se fixar em sítios, perde o direito ao uso da terra, que garante a produção da roça de subsistência, e passa a perambular à procura de emprego e moradia.

Fora da reserva não tem condições de fazer poupança, para adquirir um lote e praticar a agricultura comercial e ainda pagar camara - das para incrementar a produção.

Assim, em ambas as situações está na dependência do sistema que o envolve e cuja trama de relações históricas e estruturalmente demonstráveis opera em oposição aos interesses do índio e está voltada para manter a estrutura agrária configurada em moldes coloniais e manifestada na sociedade capitalista de hoje em termos de relações de dominação/subordinação, em que o índio Kaingáng, como minoria étnica, como agricultor pobre e como reserva de mão-de-obra, não é levado a participar dos centros de decisão 41/ e sim serve para manter o sistema que o transfigura e ao qual está integrado na camada mais baixa da sociedade nacional, em desenvolvimento.

Notas do Capítulo II

1. Ver Telêmaco Borba, op.cit., 1882, p.1.
2. Ver Eduardo Galvão, "Áreas Culturais Indígenas do Brasil: 1900-1959". Comunicação apresentada à IV Reunião Brasileira de Antropologia, Curitiba, publicada in BOLETIM DO MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI. Belém, Pará, Antropologia nº 8, janeiro 1960.
3. Cf. Eduardo Galvão, op. cit. p.37.
4. Fundação Nacional do Índio, Ministério do Interior.
5. Ver Aryon Dall'Igna Rodrigues. "Língua". IN GRANDE ENCICLOPÉDIA DELTA-LAROUSSE. Rio, 1971, Editora Delta S/A, p.4.035.
6. Ver Aryon Dall'Igna Rodrigues. "Índios do Brasil e do Paraná". s/d, mimeo, p.10.
7. Cf. Úrsula Wieseemann. "Introdução na Língua Kaingáng". Rio, mimeo, S.I.11, p.1.
8. Consultar "Inventário Florestal dos Postos Indígenas dos Estados do Paraná-Santa Catarina e Rio Grande do Sul". Curitiba, Convênio FUNAI-SUDESUL-UFP, Setor de Ciências Agrárias, Centro de Pesquisas Florestais, mimeo, p.6.
9. Os Kaingáng que ocupavam os Campos de Guapuva foram "pacificados" em 1810, de acordo com Chagas Lima, e os de Palmas, em 1840, segundo descrição de J.J. Pinto Bandeira, op. cit., 1851, p.389.
10. Em O PROCESSO DE ASSIMILAÇÃO DOS TERENA, 1960, Roberto Cardoso de Oliveira refere-se à Migração para o trabalho realizado entre os Terena do Sul do Mato-Grosso, p.98. Em I. Schapera, 1947, MIGRANT LABOUR AND TRIBAL LIFE: A STUDY OF CONDITIONS IN THE CHAUNALAND PROTECTORATE, Oxford University Press, há considerações teóricas e descritivas sobre a migração para o trabalho realizada por aquelas populações.
11. Entrevista realizada em 1967 com o índio Pedro.

12. Entrevista realizada em 1967, com o índio Joaquim.
13. Consultar Enciclopédia dos Municípios do Paraná, p.399.
14. Os colonos utilizam a mão-de-obra indígena para fazer a derrubada, para prepararem suas roças. Esta tarefa reservam para os índios que, segundo eles, "são ótimos no corte do mato".
15. Neste trabalho não vamos explorar o material que levantamos sobre a Organização Social dos Kaingáng, baseado em fontes primárias e em dados obtidos no campo, devido ao espaço de tempo de que dispomos para redigir e entregar a tese no prazo. Pretendemos publicar o material em outro lugar, para complementarmos a monografia. Neste 2º Capítulo, algumas vezes, para elucidar a análise, tratamos de alguns aspectos da organização social tradicional.
16. Ver a seguir a situação dos indígenas aldeados em Tamarana, no Norte do Paraná.
17. Entrevista com o Encarregado do P.I. "Manoel Ribas", R.S.B. em 1965, quando realizamos o primeiro survey nessa área.
18. Ver Enciclopédia dos Municípios do Paraná, p. 343.
19. Consultar R. C. de Oliveira, 1964, O ÍNDIO E O MUNDO DOS BRANCOS: A Situação dos Tuku na do Alto Solimões, Difusão Européia do Livro, com referência ao endividamento do índio Tukuna do regime de barracão.
20. Ver Enciclopédia dos Municípios, op.cit.p. 470.
21. Consultar a carta do Missionário Frei Luiz ao Vice-Presidente da Província, já citada no capítulo anterior.
22. Entrevista com o "posseiro" J.C. em 1966 em São Jerônimo da Serra.
23. Entrevista com outro indivíduo que reside

- na área dos índios (J.B.); tem 400 alqueires plantados e uma serraria que explora as madeiras da reserva.
24. Ao jornalista e repórter L. Mercadanti, da revista "Veja", a quem acompanhamos em 1969 até essa reserva para uma reportagem sobre os índios Kaingáng, que estavam tendo problemas de terras com os "posseiros", disse um dos índios entrevistados: "Agora que o homem já vai à lua, talvez encontre terras por lá, para dar aos índios, porque por aqui já não tem mais..." Consultar a revista "Veja", Ed. Abril, nº 48, agosto 1969: "A Revolta dos Índios", pp.42-52.
25. Ver os livros de Mário Palmério - O CHAPADÃO DO BUGRE e NA VILA DOS CONFINS -, onde descreve o comportamento do "Coronel" no interior do Brasil.
26. Entrevista com o mestiço A. Pedro e Capitão dos Índios, em Pedrinhas, no Município de São Jerônimo da Serra, em 1966.
27. A título de ilustração e para efeito de comparação, nos referimos neste trabalho ao migrante rural. Não nos cabe aqui discutir todas as implicações dessa categoria de agricultor que ocorre no interior do Brasil.
28. Ler o Documento-Síntese publicado, ref. à XXIV Reunião Anual da SBPC, IN CIÊNCIA E CULTURA, 24 (11), pp.1015-1023. Relatora Dra. Carmem Junqueira.
29. Entrevista realizada com missionários protestantes, na sede da missão, na região Sudoeste.
30. Consultar o ensaio de Rodolfo Stavenhagen, "Clases, Colonialismo y Aculturación". IN AMÉRICA LATINA, Rio, 1963, pp.63-104, especialmente p.64, em que compara índios e Ladinos e trata das relações de produção e mostra que as mais significativas são as do tipo comercial.
31. Ver R.C. de Oliveira "Por uma Sociologia do Campesinado Indígena no Brasil". IN SO-

CIOLOGIA DO BRASIL INDÍGENA. T.B., 1972, pp.141-9, especialmente a p.145, em que o autor, ao se referir aos Kaingáng e a outros grupos indígenas do Brasil, diz: "Oferecem evidências tais que nos permitem classificá-los como comunidades camponesas..." Acreditamos que um número mais significativo de casas de camponesinato indígena precisa ser analisado no Brasil, para efeito de comparação e de refinamento teórico.

32. Na caracterização das frentes de expansão foram apontados esses fatos.
33. Ver o trabalho de Altiva Pilatti Balhana, 1955.
34. Consultar o excelente estudo realizado por Cecília Maria Westphalen, Brasil Pinheiro Machado e Altiva Pilatti Balhana, "Nota Prévia ao Estudo da Ocupação da Terra no Paraná Moderno", 1968, IN BOLETIM DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, Conselho de Pesquisas, Departamento de História, nº 7, em que esses historiadores tratam da colonização do Paraná moderno.
35. Ver R. Cardoso de Oliveira, op.cit., 1962, 3, 1968, cuja teoria da Fricção Interétnica foi exposta na introdução deste trabalho.
36. Consultar Rodolfo Stavenhagen, LAS CLASES SOCIALES EN LAS SOCIEDADES AGRARIAS. Siglo Veinteuno Editores S/A, 3ª ed. 1971.
37. Ver Stavenhagen, op. cit. 1971, p.211.
38. Consultar: R.C. de Oliveira, URBANISMO E TRIBALISMO: A Integração dos Índios Terena numa Sociedade de Classes, Zahar Ed.; Edgard de Assis Carvalho, TERENA: AS ALTERNATIVAS DOS VENCIDOS, Rio Claro, 1973, mimeo; e Júlio Cezar Melatti, ÍNDIOS E CRIADORES: A Situação dos Krahô na Área Pastoral do Tocantins, 1967.
39. Ver o livro LEGISLAÇÃO AGRÁRIA, de Adriano Campanhole, São Paulo, Editora Atlas S/A, s/Lei 4.214 de 2 de março de 1963 que dispõe sobre o "Estatuto do Trabalhador Rural" e Lei nº 5.889 de 8 de junho de 1973,

Legislação Federal, p. 685, que "estatui normas reguladoras do Trabalho Rural e dá outras providências", regulamentada pelo Decreto nº 73.626, de 12/2/1974.

40. Entrevista realizada com um grupo de índios Kaingáng dispersos em sítios no centro do Paraná.
41. Em 1972, quando participamos do VII Congresso Indigenista Interamericano realizado em Brasília de 7 a 12 de agosto, tivemos a ocasião de observar que nenhum índio do Brasil estava participando do Congresso e portanto se informando ou tomando conhecimento das discussões e normas adotadas pela Política Indigenista, enquanto que outras nações da América trouxeram em suas delegações representantes indígenas, que opinaram durante os debates do Congresso, coordenados pelo Presidente da FUNAI naquela ocasião.